

‘Um movimento pré revolucionário, de inspiração guerrilheira, para quem sabe fazer do Rio Grande do Sul e do Brasil uma nova Colômbia’: o PT, o MST e as disputas parlamentares em torno de uma representação do Movimento Rural Sem-Terra durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)

‘A Pre-revolutionary war inspiration movement for those who may make Rio Grande do Sul and Brazil a new Colombia’: the PT, the MST and parliamentary disputes over a representation of the Landless Rural Movement during the government Olívio Dutra (1999-2002)

Un mouvement pré-révolutionnaire inspiré par la guérilla pour ceux qui savent comment faire du Rio Grande do Sul et du Brésil une nouvelle Colombie ’: le PT, le MST et des disputes parlementaires sur une représentation du mouvement rural sans terre pendant le gouvernement Olívio Dutra (1999-2002)

Rafael Saraiva Lapuenteⁱ

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da pesquisa que visou identificar de que forma a relação entre o governo do estado e o Movimento Sem-Terra (MST) foi explorada pela oposição parlamentar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul durante o governo petista de Olívio Dutra (1999-2002).

Palavras-Chave: MST; PT; Assembleia Legislativa.

Abstract: The objective of this article is to present the results of the research that aimed to identify how the relationship between the state government and the MST was explored by the parliamentary opposition in the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul during the PTP government of Olívio Dutra (1999 -2002).

Keywords: MST; PT; Legislative.

Resumén: L’objectif de cet article est de présenter les résultats de l’étude qui visait à déterminer comment l’opposition parlementaire de l’assemblée parlementaire de l’Assemblée législative de Rio Grande do Sul a exploré la relation entre le gouvernement de l’État et le MST (1999-2002).

Mots-clés: MST; PT; Législatif.

Introdução

A relação do Partido dos Trabalhadores (PT) com os movimentos sociais é bastante abordada pela bibliografia.ⁱⁱ Eles são vistos como um recurso importante utilizado e convertido em capital político pela sigla, explicando parte de sua ascensão apesar da origem “extraparlamentar”. Os *movimentos sociais/teologia da libertação/esquerda marxista* são

considerados pela literatura como os pilares do microcosmo (SECCO, 2016), mas outros setores também o compuseram e com diferentes pesos conforme as realidades regionais, pois os recursos disponíveis para o PT construir o seu capital político variaram em cada lugar.

As disputas em torno da representação do MST e de sua relação com o governo do estado abarcaram não só as eventuais reivindicações em nível estadual, mas também federal. Sendo a Reforma Agrária uma prerrogativa da União, as ações do movimento contra o governo federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também tomavam a atenção dos deputados estaduais. Nesse sentido, procuraremos estudar como os deputados procuraram deslegitimar o governo estadual na luta simbólica utilizando-se dessa relação com o MST. Como contraporiam? Procurariam disputar a categoria ou associar as ações do movimento a uma imagem negativa no mundo social e, por extensão, vincular isso ao governo do estado do Rio Grande do Sul? E os deputados ligados ao ruralismo no Rio Grande do Sul, como defenderiam suas posições no campo? Isto é, tanto aqueles ligados ao MST como aos próximos dos grandes latifundiários.

Procuraremos entender essa relação a partir desse artigo. Partimos do princípio de que havia por parte do governo estadual um compromisso de campanha com a Reforma Agrária. Este era assumido desde antes do período eleitoral propriamente dito, a ponto de o Movimento Sem-Terra ter apoiado, nas prévias internas do PT, Olívio Dutra contra Tarso Genro, pela ligação do primeiro com o movimento. Além disso, membros do MST participaram com cargos no governo, inclusive com a Secretaria da Agricultura, o que gerou algumas tensões ao longo do mandato que colocava o movimento, enquanto microcosmos, em momentos de contradição. Segundo José Machado, houve até um ‘abrandamento’ do movimento contra o governo estadual no período em que Dutra esteve à frente do executivo (MACHADO, 2002). Apesar disso, essa proximidade indicava que havia uma relação de *fides* entre o MST e o PT, sobretudo em Olívio Dutra, que possuía um capital político incorporado junto às lideranças e dominados do agrupamento rural.

Por outro lado, a Reforma Agrária por parte do governo estadual tinha que encarar algumas limitações do ponto de vista institucional, como realizar desapropriações apenas com contrapartida indenizatória e à vista, fator que impedia um maior raio de ação. Ainda assim, estabeleceu-se uma política de assentamentos específica, com secretaria exclusiva ligada diretamente ao Governador. Já no que concerne à política federal de assentamentos, desde antes

de Dutra assumir, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), que era o sindicato patronal dos ruralistas gaúchos, resistia às vistorias do Incra, que visavam desapropriar propriedades com índices baixos de produção, realizando inclusive a obstrução de estradas para impedir a passagem dos fiscais do órgão federal (ROS, 2002).

O que queremos destacar com este breve contexto é que o tema ligado ao campo, no período estudado, era complexo: marcado por tensões nos âmbitos federal e estadual, os agentes possuidores de capital simbólico e com legitimidade reconhecida na esfera parlamentar, do executivo e vinculada a entidades representativas faziam uma luta simbólica e mobilizavam seus agentes para fazer crer suas posições como as mais legítimas no mundo social em relação à política agrária. Também conseguiam delegar a deputados ligados tanto ao MST como a latifundiários capital político para fazerem-se representantes legítimos de suas categorias. Estes utilizavam o legislativo como *locus* privilegiado de uma luta simbólica interna, com os deputados procurando construir sua posição e deslegitimando a do adversário.

Portanto, muitos destes deputados também faziam a disputa pelo fato de ter um capital político delegado. Isto é, um capital que é conferido por grupos a eles para serem representantes dessas categorias e, no legislativo, tinham como objetivo fazer valer seus interesses e ideias-força na luta simbólica. Estes deputados, portanto, agem como abnegados, já que a estas agremiações devem todo o capital simbólico que possuem. No caso do governo estadual, pelo compromisso enfático com a Reforma Agrária e com o MST, o conflito com o patronato rural era inevitável. Ainda mais porque este já vinha em litígio com o governo FHC pelas desapropriações pretendidas em latifúndios de baixa produtividade – apesar de muitos dos microcosmos de oposição no Rio Grande do Sul atuarem como aliados do executivo federal. Os agentes vinculados ao patronato, como ortodoxos na luta simbólica, procuravam nela fazer valer de que a estrutura dada era a mais legítima. Isto é, eram o polo dominante, agindo para conservar o estado existente. Assistiam, contudo, a ascensão do MST que, embora dominado, tinha acessos a mais recursos com o PT enquanto governista, e intensificava a heterodoxia, ou seja, as ações de subversão daquela estrutura. Nessa disputa pela conservação ou subversão da estrutura rural, dominantes e dominados utilizavam os recursos que possuíam nessa disputa simbólica.

Entre os recursos manipulados por estes agrupamentos, estavam os agentes políticos com capital delegado, que usavam o espaço da Assembleia Legislativa para fazer valer qual a

visão de mundo social era mais legítima: a que pregava a manutenção da estrutura rural rio-grandense ou sua modificação por meio da Reforma Agrária. Junto aos agentes com capital delegado, também agiam outros profissionais investidos de mandato, que disputavam um capital de prestígio entre os profanos simpatizantes de um dos polos em luta.

ILUMINANDO O PALCO: UM DIÁLOGO COM A SOCIOLOGIA BOURDESIANA

Utilizaremos nesse trabalho o conceito de campo político. Para Pierre Bourdieu, ele é um *microcosmo* social relativamente autônomo, com sua própria lei, princípio e regra de funcionamento dentro do *macro* mundo social, e surge da forma como ele resenha em sua obra a partir do século XIX (BOURDIEU, 2001; 2011; BOURDIEU; CHARTIER, 2011). Segundo Bourdieu, quem pretende se tornar um agente na política deve operar uma “conversão” para se adequar às regras próprias do campo, mesmo que esta ocorra gradualmente de forma inconsciente. Caso isso não ocorra, a atuação do agente político fica sob risco de exclusão ou fracasso. Dentre os fatores necessários para ingressar nesse microcosmo, é preciso obter um relativo grau de educação, acúmulo de capital político e tempo livre para poder se mostrar como porta voz de grupo/grupos. Segundo Patrick Champagne, “discípulo” de Pierre Bourdieu, essa condição no Campo Político se acentua pelo fato de o grande público não ter interesse pela política. Assim, o público em geral – os “profanos”, que ocupam uma posição de dominados – vira espectador do processo. Essa condição facilita não só o monopólio dos profissionais “internos” da política, mas também contribui para que agentes “externos” possam construir sua legitimidade. Ao público dominado lhe cabe apenas ações abstencionistas, como o apolitismo, antiparlamentarismo etc, para contestar o monopólio político por parte dos profissionais (BOURDIEU, 2001; CHAMAPGNE, 1996).

Portanto, esses fatores ilustram que a capacidade de ingresso no campo político é desigual. Ou seja, as condições sociais de funcionamento elaboram uma espécie de divisor: somente determinadas pessoas que conseguem preencher as condições de acesso podem “jogar esse jogo”. A rigor, o campo político repousa sobre uma exclusão aos despossuídos que não tem condições de ingresso, cujo interesse da perpetuação dessa lógica existe entre aqueles que pertencem ao campo, ainda que sob o prisma de que representam os cidadãos que lhe delegaram essa condição. E assim que se legitimam dentro do Campo Político: fazendo crer a si e aos

outros que são porta-vozes dos grupos de eleitores que lhe dão sustentação. Esses despossuídos contribuem inconscientemente para que exista essa dominação, reconhecendo a legitimidade dos agentes políticos, que ocupam uma posição dominante.

Mas como podemos definir o que é capital político? Para Pierre Bourdieu, ele é:

uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. Isto é, um ‘crédito’ que só existe *na e pela* representação, *na e pela* confiança, *na e pela* crença, *na e pela* obediência. Ou seja, um poder que aquele que lhe está sujeito dá para aquele que exerce, um crédito que ele lhe confia pondo sua confiança. Um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê nisso. O homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele. (BOURDIEU, 1989, p. 187-188)

Esse capital é variável conforme o contexto e é provido de diferentes maneiras. Isso porque “en el campo político confluyen distintas especies de recursos sobre las que se funda la competencia de quienes se sienten autorizados a involucrarse en política y a transformarse en profesionales de esta actividad”. Além disso, o capital político “es tan sólo una de las especies posibles que habilitan los agentes para acceder al campo político”, já que há distintas formas de habitá-lo. Isto é, “actuar en el, de percibir lo que allí ocurre, de apropiarse de diferentes modos de sus roles y objetos, y por tanto de profesionalizarse en dicho espacio. Esto es, un conjunto de maneras prácticas de permanecer en el campo político que son unificadas por el habitus” (JOIGNANT, 2012, p. 587-618).

Na lógica de acumulação de capital, o campo político é formado por um estado de forças e lutas entre agentes que usam suas armas para conflitar entre si. As armas que estes agentes utilizam são o seu capital simbólico, conquistado por meio de notoriedade e crédito, mas que nunca é definitivo: o capital simbólico conquistado pelos agentes do campo político pode atingir ápices e desmoronar em proporções muito dinâmicas. O capital simbólico dos agentes de qualquer campo é provisório. Mas no caso do político essa provisoriedade é maior, por ser ele suscetível a escândalos que podem afetar a relação de confiança entre dominados e grupos com os agentes que fazem parte dos seus recursos sociais.

Nestas lutas, o objetivo dos agentes do campo é transformar ou conservar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento por meio de uma luta simbólica. Essa ocorre com os adversários dispondo de armas, capitais e poderes simbólicos desiguais. O objetivo dessas lutas é a busca pelo que Bourdieu chama de *monopólio da palavra*.

Isto é, a luta política se torna cognitiva: se busca impor a visão mais legítima do mundo social pelo reconhecimento acumulado sob forma de capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade. Por meio deste capital que se confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, sendo uma espécie de luta pela percepção, que visa manter ou subverter a ordem das coisas ao conservar categorias ou transformá-las. Nessa lógica, que é baseada na livre concorrência, busca-se dissimular o trabalho de imposição que existe nela. (CHAMPAGNE, 1996; WACQUANT, 2005; BOURDIEU, 2001; BOURDIEU, 2011).

Para Pierre Bourdieu, a ação política tem sentido porque seus agentes, ao agirem no mundo social fazendo parte dele,

[...] têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos - e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses- produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais. (BOURDIEU, 2008, p. 117).

Nessa luta pela representaçãoⁱⁱⁱ do mundo social disputada pelo “jogo político”, a maior parte das pessoas está excluída por não preencherem as condições de acesso. Mas, embora o campo político tenda a aumentar o próprio fechamento, ele jamais pode ser totalmente independente, já que possui uma relação de vinculação indissociável com a sua clientela e os leigos externos ao campo.

Em síntese, é nele onde se concorre pelo poder de falar e agir em nome das pessoas que estão excluídas do campo político. E nessa disputa que se constituem as lutas para transformar ou conservar as relações de força dentro do campo. Em meio a essas disputas levadas a cabo pelos agentes políticos, é importante destacar que o capital possuído por seus agentes não dependem somente deles. Estará vinculado, primeiramente, ao peso de seu partido e também da posição do agente dentro do grupo.

Corroborando o sentido que estamos trabalhando, Bourdieu menciona que as lutas simbólicas do campo político tem o objetivo de produzir o *sensu comum*. Esse poder simbólico “é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que ela é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas”, sendo um poder de consagração ou

revelação daquilo que já existe. Assim, as lutas buscam constituir seu ponto de vista como universal por meio de conflitos contra visões que são concorrentes (BOURDIEU, 2001). Nesse sentido, recorreremos à síntese elaborada por Loic Wacquant.

El análisis del funcionamiento de los partidos y de los parlamentos indica que la antinomia fundamental de la política democrática consiste en que el acto de delegación, por medio del cual se les encomienda a los políticos profesionales la expresión del deseo de sus electores, pero con el persiguen estrategias para favorecerse principalmente entre ellos, siempre incluye la posibilidad de la *desposesión* y hasta la usurpación y mucho más cuanto más el grupo representado se ve privado del capital económico y cultural (WACQUANT, 2005, p. 28).

Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão do cidadão é, também, para manter ou subverter a distribuição de poder do Estado. Os agentes que instituem essa disputa, os partidos políticos, são para Bourdieu organizações de combate ordenadas para conduzirem o que chama de “forma sublimada de guerra civil”. O poder conquistado pelas organizações é proporcional à mobilização que elas conseguem. Por isso que, nessa lógica concorrencial, o autor destaca que se deve levar em conta que os partidos só possuem “existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”, tendendo a organizar-se em dois polos - ‘direita x esquerda’, ‘progressistas x conservadores’ etc. (BOURDIEU, 2001, p. 178) Assim, mobilizam grupos que acabam dando suporte para as ideias-força defendidas pelos partidos.

Nessa lógica cuja força da mobilização é fundamental, a palavra polissêmica e imprecisa de ‘povo’ e seus derivados possuem importante peso no campo político. Diferente, por exemplo, de outros campos – como o literário e artístico -, onde a “popularização” é uma desvalorização, quando falamos de política seu termo possui grande valor.

É no Campo Político que o uso do ‘povo’ e do ‘popular’ é mais diretamente rentável, e a história das lutas no interior dos partidos progressistas e dos sindicatos operários testemunha a eficácia simbólica do obreirismo: essa estratégia permite que aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o ‘povo’ e, desse modo, de uma missão exclusiva, e, ao mesmo tempo, que instaurem como norma universal os modos de pensamento e expressão que lhes foram impostos por condições de aquisição pouco favoráveis ao refinamento intelectual; mas ele é também o que lhes permite simultaneamente assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar - em primeiro lugar para si mesmos - o corte com o ‘povo’ que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz. (BOURDIEU, 2004, p. 184).

O uso deste termo, no campo político, tende a ser abstrato, e falar em nome do povo é sempre arbitrário e impreciso. Nesse sentido, o uso do termo e derivados está vinculado com a lógica da delegação, através da qual uma pessoa ou grupo transfere poderes para outra por meio de uma espécie de ‘procuração’. O plenipotenciário é uma pessoa que possui um mandato para representar como porta-voz esses interesses. Em síntese, ele representa um grupo, mas também faz com que ele exista: o grupo só se faz entender, falar e ser ouvido, se ele se despossuir em favor de um porta-voz. Essa lógica é ainda mais forte se o grupo não possuir capital cultural, quando essa dependência aumenta (BOURDIEU, 2004). Ou seja, fica claro que, na concepção bourdiana, os dominantes existem sempre, e os dominados precisam se *fazer existir* – muitas vezes, sendo obrigados a aderir a essa relação de dependência para tal.

A organização de polos, que aqui serão tratados como *oposição* e *situação*, são pontos importantes para compreender o papel que as bancadas desempenhavam na estruturação inerente em um campo de forças e lutas como o político. O princípio de divisão age como organizador e aglutinador de grupos e de forças sociais. Estas se mobilizam por meio das ideias-força. Esta mobilização, liderada por grupos diferentes e antagônicos, é que vai definir a luta política: as ideias-força que conseguem ter maior raio de mobilização serão aquelas dominantes. Isto é, se o princípio de divisão proposto por um determinado grupo for apoiado pelo maior número, o mesmo terá a força correspondente daqueles que compartilham da mesma visão. Por isso é uma luta, sobretudo, intelectual. Nestas disputas, as estratégias visam impor uma nova construção da realidade social ou sua conservação (BOURDIEU, 2004; BOURDIEU, 2011). As disputas no campo político possuem duas vias: são combates por ideias-força e por poderes. O objetivo, como já dito, é que com essa mobilização o grupo dominante ascenda ao poder sobre o Estado, acessando os cargos públicos pela mobilização eleitoral.

A POLÍTICA AGRÁRIA E AS OCUPAÇÕES: VELHAS PRÁTICAS, NOVOS CONTEXTOS

Uma das práticas comuns do MST como forma de pressionar os governos era por meio de ocupações de áreas rurais alegadas pelo movimento como improdutivas, ou seja, aptas para ações de desapropriação. Assim, pressionava-se tanto o governo estadual como o executivo federal a resolver o impasse. Além disso, também ocorria o conflito judicial, com o proprietário

requerendo a reintegração de posse. A execução dela invariavelmente cabia à Brigada Militar, órgão policial que era subordinado ao executivo rio-grandense.

Com a ascensão do PT ao governo do estado, isso gerava sempre uma tensão entre o movimento e o executivo, já que a repetição de um ato repressivo seria remetida ao período Antônio Britto e uma contradição ao discurso petista, podendo abalar a relação de *fides* com o MST. E, por outro lado, a não execução de uma ordem judicial colocava o governo estadual em uma crise institucional. Ele tinha, por questões legais, obrigatoriedade em executar aquilo que era ordenado pelo judiciário (ROS, 2002). Por outro lado, essa limitação imposta pelo ordenamento legal do Estado colocava o governo de frente com um importante recurso do seu próprio agrupamento. Portanto, havia uma importante contradição a ser administrada pelo executivo, e os agentes políticos vinculados à oposição poderiam explorá-la para colocar em xeque a *fides* depositada naqueles profissionais do campo ligados ao governo.

A OCUPAÇÃO DO INCRA, DA RECEITA FEDERAL E DE FAZENDAS NO INTERIOR DO ESTADO: A TENSÃO NO INÍCIO DA LEGISLATURA

Essa tensão ocorreu desde o início do mandato petista de Olívio Dutra. Em março, o MST ocupou a sede do INCRA e da Receita Federal, reivindicando “o assentamento de 2,5 mil famílias em 99. Em Catuípe, as 1,3 mil famílias que invadiram uma área da Gerasul^{iv} aguardam a negociação entre o movimento e Incra. Em São Luiz Gonzaga, os colonos ainda ocupam a Fazenda Coqueiros”, com o Incra anunciando a suspensão da Reforma Agrária no estado como retaliação. Naquele mês, os sem-terra desencadearam uma série de ocupações. Além do Incra e da Receita Federal, em março o MST ocupou outras quatro fazendas, visando “pressionar o governo a acelerar a reforma agrária no Rio Grande do Sul”. Junto a essas manifestações, o PT encaminhava ao governo estadual uma moção reafirmando a necessidade de cumprir a meta de 10 mil famílias assentadas por iniciativa do executivo rio-grandense (Correio do Povo, 04, 05, 06, 12, 15, 16 e 17.03.1999). Portanto, garantia o apoio ao Movimento Sem-Terra no momento onde ele se articulava e pressionava para a realização da Reforma Agrária, aumentando a tensão com o executivo, pressionado pelos dois microcosmos: PT e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

As ações do MST suscitaram críticas de agentes parlamentares à postura da Brigada Militar (BM), ainda que a ocupação tenha sido direcionada ao governo federal, sobretudo porque “a BM recebeu ordem de acompanhar à distância a manifestação” (CP, 03.03.1999), ou seja, de não reprimir a ação do movimento social. O bloco oposicionista, percebendo a tensão e vendo que o governo procurava preservar a relação com o MST e com os agentes políticos que possuíam capital delegado desta agremiação e apoiavam o executivo, a explorava questionando a postura do aparato policial e exigindo que fosse mais rígido com as ocupações.

A reação da oposição foi procurar atrelar a medida à inconstitucionalidade, junto com a condenação ao movimento por fazer a ocupação. O Deputado Frederico Antunes (PPB) comentava a atuação do governo neste caso e em outras ações do MST contra laboratórios transgênicos. Além disso, tecia críticas à atuação do deputado Dionilso Marcon (PT), cujo capital político de notoriedade era delegado do MST:

Srs. Deputados, temos que ficar muito atentos com as penalidades que as leis nos impõem, até porque somos nós que as elaboramos, e o Deputado Dionilso Marcon é um legislador. Dizia S. Exa. que, como legislador, continua a ter o mesmo pensamento de quando era invasor. Peço que o Deputado Dionilso Marcon tenha cuidado com os seus atos, porque foi eleito para legislar e obedecer àquilo que S. Exa. próprio poderá, conforme decisão da maioria desta Casa, legislar por intermédio de uma lei, de uma emenda ou de um artigo, aos quais todos nós teremos que obedecer. [...]. Considero um absurdo, uma ameaça atitudes como essa, principalmente quando estamos pouco seguros ou, quem sabe, nos consideramos desprotegidos, inclusive por aqueles que têm a obrigação de nos proteger. Na invasão de Catuípe, somente dois soldados da Brigada Militar foram autorizados a controlar a área invadida e as propriedades vizinhas. Será que, ao chegar a caravana de invasores, esses agentes também foram aconselhados a dizer: podem passar, companheiros, que vamos dar guarida e proteção a todos vocês, ou será que não? Isso me preocupa e, certamente, está preocupando toda a comunidade gaúcha (Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 04.03.1999).

Nesse sentido, nota-se que a oposição procurava explorar desde o início do mandato a questão institucional para constranger o governo a agir contra as ocupações que defendiam a reforma agrária. Era uma forma de denunciar que o governo estava aparelhando a BM e, desta forma, atuava consentindo com as ocupações. Assim, insinuava-se que o executivo gaúcho estava sendo ‘aparelhado’ em favor dos agrupamentos que concediam *fides* para o PT enquanto microcosmos. Francisco Antunes (PPB) inclusive dizia que o “comando da Brigada Militar está emprestando apoio a invasores de propriedades e que a crise interna ocorre pela tentativa de ideologização e de partidarização da corporação militar estadual, o que é proibido pela

Constituição”. Além do mais, ele dizia haver “a pretexto de verificar quem está produzindo sementes de transgênicos, montar a estratégia das invasões, mapeando as propriedades”, estando a Secretaria da Agricultura e Abastecimento como um ”braço direito do MST. A Brigada Militar faz o serviço de segurança, e a Secretaria da Agricultura o serviço de informação”. Como forma de superlativar as denúncias e, assim, levar o executivo e todos os agentes vinculados ao MST ao descrédito, questionava: “querem instalar o caos no Rio Grande do Sul? Querem subverter a ordem, passar por cima da lei, transformar a Brigada Militar em uma milícia? O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra transformou-se também em uma milícia?” (ALERGS, 24.03.1999).

Procurando mencionar que as ocupações no início de 1999 eram uma ‘jogada ensaiada’ – como se diz popularmente - entre movimento e governo estadual, a oposição também questionava a mudança que o MST tinha sofrido, se comparado ao período em que Britto governou o Rio Grande do Sul. Elmar Schneider (PMDB) procurava deslegitimar as ações do movimento sem-terra, associando-o a um aparelhamento por parte do PT, ao registrar “a falta da presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - na Praça da Matriz e na frente do Palácio Piratini. É muito estranho o fato deles terem se deslocado-se diretamente até o órgão do governo federal, dele se retirando somente para as suas residências”. Tecendo um paralelo comparativo, como forma de ratificar na luta simbólica a visão de mundo social que buscava indicar um ‘apadrinhamento’ entre o microcosmo governista e do MST, dizia que:

Há uns quatro anos observava, claramente, o acampamento dos representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Praça da Matriz e na frente do Palácio Piratini, e identifiquei a presença de muitas mulheres e de crianças. E desta vez não é o que vejo, nem é o que está acontecendo. Por que não houve a visita dos representantes do movimento à Praça da Matriz e ao Palácio Piratini? (ALERGS, 04.03.1999).

A forma como a questão das ocupações foi conduzida pelo executivo suscitou intensa crítica da oposição, que procurava desconstruir o governo enquanto representante legítimo dos interesses rurais. Eliseu Santos (PTB) era um que também questionava a proximidade da Brigada Militar e a visita que o Secretário da Agricultura fazia às ocupações. Para ele, o secretário e o comandante da Brigada Militar visitavam “marginais que invadiram a propriedade alheia”. Como forma de desgastar a postura do governo, comparava a atuação da ocupação com o tráfico de drogas, e questionava: “o secretário da Agricultura e Abastecimento gasta diárias e

motorista particular para visitar os sem-terra invasores, enquanto o atual governo divulga que não tem dinheiro para pagar o transporte escolar, nem a merenda escolar para os alunos carentes” (ALERGS, 25.03.1999).

Assim, a primeira ocupação ocorrida no RS contra o governo federal levantava, da oposição parlamentar, críticas em relação à condução que o executivo estadual estava fazendo, ainda que a ação do movimento se direcionasse contra a administração FHC. Notamos que os agentes parlamentares da oposição procuravam fazer uma desconstrução da legitimidade do MST enquanto representante legítimo para falar em nome da agricultura e da reforma agrária no Rio Grande do Sul, censurando qualquer ação direcionada às ocupações. Assim, também abriam uma oportunidade para criticar a postura do governo: ao não censurar as ocupações, e inclusive indicar um membro do MST para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a oposição utiliza esse expediente para levar o governo ao descrédito por, em sua visão, apoiar e dar guarida a atos irregulares já no início da gestão. Esses ataques também eram estendidos aos deputados situacionistas que, como agentes ligados ao agrupamento do MST, estando tão ligados a este quanto a seus respectivos microcosmos partidários, deviam a ele seu capital político. E, portanto, partiam em defesa tanto da ‘nova’ postura do governo como das ações contra o governo federal.

Os deputados ligados aos agrupamentos que davam sustentação institucional ao governo reagiam, justificando a ‘mudança de postura’ do movimento sem-terra e também do executivo. Dionilso Marcon (PT), agente delegado pelo MST foi, justamente por isso, o que mais fez intervenções contrapondo os profissionais do campo político ligados ao PPB e PMDB não somente nesse episódio, mas em praticamente todos os que tratavam do movimento rural na tribuna da Assembleia Legislativa. Na luta simbólica também há uma clara disputa: enquanto, como vimos, a oposição procurava macular o MST com uma imagem negativa no mundo social, condenando os métodos adotados pelo movimento contra os latifúndios e fazendo disso uma ideia-força mobilizante do patronato rural sulino, os agentes ligados ao governo atuavam defendendo a legitimidade das mobilizações. Para isso, contrapunham em duas frentes: primeiro, criticando a política agrária de Antônio Britto; mas também tecendo ataques ao modelo adotado pelo Fernando Henrique Cardoso no Rio Grande do Sul.

Marcon (PT) alegava que, diferentemente do período Britto, o MST não precisava fazer pressão no Palácio Piratini para ser atendido. Fazendo valer a visão de mundo social que

colocava o governo como mais ‘democrático’ do que Britto, dizia que antes o Piratini era “a casa dos grandes empresários, a casa daqueles que pegavam dinheiro para investir nos grandes grupos econômicos, não gerando riqueza ou emprego, mas deixando de utilizá-lo nas áreas sociais”. E agora “o nosso governo tem compromisso com os trabalhadores do campo e com os da cidade, com a Reforma Agrária e com os pequenos agricultores”. Também nisso que criticava a repressão utilizada por Britto, insinuando que as “questões de reforma agrária no Rio Grande do Sul” eram discutidas pelo “Sr. Secretário de Segurança, que ia no local da ocupação, na hora de fazer os despejos, usando e abusando da sua autoridade” (ALERGS, 04 e 24.03.1999).

Contudo, a crítica à política agrária do governo federal no início do mandato foi a que se manteve com mais recorrência, como forma de responsabilizar FHC pelas ocupações levadas adiante pelo MST. Segundo Marcon (PT), a crise agrária ocorria pelo corte de 45% do orçamento do Incra. Como forma de levar FHC ao descrédito na luta parlamentar e responsabilizá-lo pela crise no campo, dizia que “se houver ocupação de terra aqui no Rio Grande do Sul - falo isso como deputado e como membro do Movimento dos Sem-Terra - é porque o governo federal não tem proposta para fazer reforma agrária”, mencionando que os cortes ocorriam porque “preocupou-se mais com o Fundo Monetário Internacional” (ALERGS, 24.03.1999). A recorrência dos ataques ao governo federal eram constantes por parte do deputado governista, que usava o expediente para condenar Francisco Turra e Raul Jungmann, respectivamente, ministros da agricultura e da política fundiária. Além disso, há de se ressaltar que os microcosmos de oposição ao governo estadual eram, majoritariamente, aqueles que davam sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso no plano federal. Era uma forma de compartilhar com os agentes políticos da oposição regional a perda de capital político que a crise no campo poderia gerar entre parcelas de profanos, responsabilizando seus respectivos microcosmos pelas ocupações.

A FAZENDA DE HULHA NEGRA: A OCUPAÇÃO DO MST NA LUTA PARLAMENTAR E O BOICOTE À EXPOINTER – A CRISE AGRAVADA

A tensão em relação à Reforma Agrária era ancorada por dois eixos: pela pressão exercida pelo MST e nas vistorias organizadas pelo Incra. Este era, sobretudo, combatido pela Farsul por meio do movimento ‘vistoria zero’, constituída de mobilizações organizadas pelos

grupos dominantes do ruralismo gaúcho com o objetivo de levar ao descrédito as ações de desapropriações impetradas pelo Incra para o maior número possível de profanos e clérigos do campo político e jornalístico. Esse conflito se dava com os ruralistas pressionando os governos federal e estadual. O primeiro sofria oposição da Farsul para revisar os índices de produtividade em cada fazenda, considerados altos pelo sindicato patronal.

Já o segundo era questionado para coibir as ações do MST. Um dos momentos de maior agravamento dessa crise se deu no momento em que um grupo ligado ao MST ocupou uma fazenda em Hulha Negra. A situação passou a ser mais crítica quando ruralistas organizaram-se em defesa da manutenção da fazenda, e o prefeito da cidade manifestava-se em favor da desapropriação da área. Além disso, quando a reintegração de posse foi expedida, um membro do grupo anunciava que a ordem não seria cumprida “até que o governo federal implante efetivamente a reforma agrária no país”, anunciando que não atenderia a ordem de saída da área rural. Assim como o MST, o secretário da Agricultura também “responsabilizou o governo federal pela situação”. Como acordo de desocupação, definiu-se que seriam retomadas as vistorias e desapropriações. Isso gerou destes ruralistas a atitude de boicotar a Exposição Internacional de Animais (Expointer), como forma de protestar contra o governo estadual e também federal, por estar, na visão do patronato rural, cedendo às pressões do MST de manter os índices de produtividade para desapropriação de terras. (CP, 13, 16, 17 e 19.08.1999)

Em meio a essa crise, notou-se que os parlamentares utilizaram pouco o espaço legislativo para fazer valer suas posições no mundo social. Ainda assim não deixa de chamar a atenção o fato de este espaço ter sido praticamente monopolizado pela oposição. Os agentes políticos do bloco antagonista ao governo cobravam do governo estadual uma solução para a crise, além de vincular as ações do MST a uma representação negativa na luta simbólica.

Ainda que houvesse críticas pela oposição contra a atuação do governo federal, essas não eram um consenso. Isto é, notamos que alguns parlamentares eximiam o governo federal de responsabilidades, enquanto outros cobravam da União uma disposição de repúdio ao MST. Essas atitudes dissonantes entre os agentes políticos antagônicos ao governo se explicam pelo fato de alguns destes estarem em microcosmos que davam sustentação a FHC. Já outros não tinham essa imposição estrutural do campo político ou mantinham sua *fides* com o patronato rural acima do próprio agrupamento que faziam parte.

Nesse sentido, Jorge Gobbi, deputado estadual pelo PSDB, tecia críticas ao Movimento Sem-Terra. Dizia que “a forte influência do MST nos escalões governamentais, a presença da bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no gabinete do secretário da Agricultura e Abastecimento e algumas outras iniciativas e atitudes são alimentadoras dessa polêmica”. Ao condenar as ações em Hulha Negra, dizia não “concordar com o que ali aconteceu: invasão, uso de armas, ameaças a humildes trabalhadores que moravam na propriedade, uso da força e prática de vandalismo em relação a bens”. Entretanto, buscava dissociar as críticas ao MST com um suposto repúdio à Reforma Agrária, ao afirmar que “condenar esse evento e discordar do crescente uso da violência, de práticas brigadistas e paramilitares adotadas pelo MST não significa renunciar ao apoio à reforma agrária e à mudança do perfil fundiário brasileiro”. Assim, exaltava que “o governo federal implementou, nos últimos anos, o maior volume de ações concretas e pacíficas de reforma agrária que a história brasileira registra”, assentando quase 300 mil famílias e desapropriando mais de 7 milhões de hectares (ALERGS, 25.08.1999).

A fala do deputado estadual visava defender o processo de reforma agrária gerido pela União, e criticar o governo do estado pelas tensões ocorridas no campo. Buscava, na luta simbólica, preservar o governo federal e o seu microcosmos da crise gerada com o processo de ocupação, procurando fazer crer que a responsabilidade caía ao governo do estado e ao MST pelo dissídio, inclusive referindo-se aos índices de produtividade. Para isso, Gobbi utilizava-se do *modus operandi* do MST e da sua estreita ligação com o governo do estado para responsabilizá-los pela ameaça de boicote à Expointer, defendendo a política de reforma agrária em execução por Fernando Henrique Cardoso.

Essa posição, por exemplo, foi dissonante da nota enviada pela bancada do PPB, uma das mais próximas ao patronato rural rio-grandense e também a mais numerosa da oposição no legislativo. Nela, denuncia que a nova sede do MST era na Secretaria da Agricultura e que o governo estadual se negava a cumprir decisões judiciais para proteger invasores. A respeito da posição do Incra, criticava também as posições adotadas pelo governo federal:

Quem não sabe que o INCRA, sob as ordens do ministro, Raul Jungmann, aceitou o cabresto do MST e pretende atuar no Rio Grande do Sul numa grande parceria com os invasores e em hostilidade aos legítimos proprietários? Quem pode explicar o motivo pelo qual o INCRA cobra dos endividados produtores rurais índices inatingíveis de produtividade, enquanto investe recursos públicos para promover e manter assentamentos que quase nada produzem? (ALERGS, 25.08.1999)

Embora a posição do PPB fosse de cobrança à União e ao executivo estadual, em geral os agentes políticos da oposição procuravam responsabilizar o segundo por ser conivente com as ações do MST. Nesse sentido, ao condenar as ações, classifica-las como terroristas e associá-las ao governo do estado, a oposição buscava, na luta simbólica, vincular o executivo como um ‘aliado’ e ‘incentivador implícito’ dessas ações. Tanto o Governo estadual como o agrupamento eram associados a uma visão negativa do mundo social.

É o que se nota por meio dessas declarações citadas, além do próprio requerimento de Vilson Covatti (PPB) solicitando esclarecimentos a respeito da presença do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária na ocupação. Além disso, apoiava a atitude dos pecuaristas da Farsul em não participar da Expointer. Isso em consequência das destruições que teriam ocorrido na ocupação. Segundo Vilson Covatti, “os invasores mataram os animais, roubaram objetos de valor familiar e estragaram o maquinário” e “o invasor é sempre inocente, e o proprietário é culpado”. Nesse sentido, dizia:

A causa da terra é justa. No entanto, o radicalismo do MST em querer tomá-la pela força, via invasão de propriedades, transformou-se num caso de polícia. Os pecuaristas rio-grandenses mostraram toda a sua indignação esvaziando a realização da primeira Expointer no Governo de Olívio Dutra. Qual o motivo do protesto dos pecuaristas? Houve desrespeito à propriedade privada, porque o Governo Olívio Dutra protege o vandalismo, o infrator que invade uma fazenda para montar o seu circo com o objetivo de que a propriedade seja declarada de baixa produtividade e que, dessa forma, haja a sua desapropriação para fins de reforma agrária. [...] Lamentavelmente, há pouco, um telefonema - a pessoa dizia-se oriunda do MST - anunciava a existência de uma bomba naquela entidade. E daí, PT? A Farsul é sindicato e sindicalismo? O que houve, Senhores do governo? Minha indignação é contra aqueles que têm a caneta na mão e que estão instigando a revolta e a discórdia no Estado do Rio Grande do Sul. (ALERGS, 25.08.1999)

Seguindo a lógica de associar o MST e o governo ao terrorismo, e assim deslegitimar ambos para falar e agir em nome dos pequenos agricultores despossados de terra, também Elmar Schneider (PMDB) procurava vincular o movimento ao terrorismo, além de cobrar uma posição mais próxima da Assembleia Legislativa:

Sr. Presidente, ontem à noite, um empresário de Bagé deixou os assistentes da TVCOM impressionados e preocupados ao contar que às 3 horas havia sido assaltado a mão armada por integrantes do Movimento dos Sem-Terra do Rio Grande do Sul, tomando sua família como refém até às 8 horas. [...]. A sociedade gaúcha deve estar realmente preocupada com o que tem acontecido: assalto a mão armada às 3 horas; 30 encapuzados tiroteando uma casa de família, casa de um produtor que sabe apenas

construir, plantar para o bem do Rio Grande, para o bem do Brasil. Essa situação está indo longe demais. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa tem a obrigação de ouvir as pessoas envolvidas. Esta Casa tem a obrigação de começar a se preocupar com o que tem acontecido e a se inteirar do problema (ALERGS, 17.08.1999)

Apesar das críticas, que vinculavam o governo e o agrupamento dos sem-terra a uma imagem negativa no mundo social e a uma perda da *fides* ao movimento e ao executivo, nenhum agente manifestou uma posição de defesa. Na ausência de fontes que nos deem um indício maior do motivo pelo qual as críticas da oposição às ocupações e seu respectivo apoio ao boicote da Expointer ficaram sem resposta no parlamento, *locus* oficial da luta política entre agentes delegados por meio de mandato legislativo, seja possível especular que os deputados governistas estivessem *in locu* na ocupação, já que esta também envolveu uma luta quase armada com ruralistas da região, e travou-se igualmente no âmbito judicial.

Contudo, a ata da 54ª sessão ordinária indica a presença de dez deputados petistas, sendo que a bancada era composta por doze. Portanto, a hipótese mais consistente parece indicar que os agentes governistas se furtaram, pura e simplesmente, de contrapor a ofensiva oposicionista. O motivo para isso é de difícil precisão. Mas podemos supor que a ação pode ter criado uma imagem negativa no mundo social. E, portanto, poderia vir a ser passível de perda de capital político. Essa é uma suposição que não pode ser descartada.

AS OCUPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES NO FINAL DO MANDATO: AS AÇÕES DO MST EM PERÍODO ELEITORAL

As ocupações de terras por parte do MST não findaram quando o mandato aproximava-se do fim. Ou seja, apesar do período eleitoral, que poderia influenciar em um recrudescimento das ações para evitar que, no mundo social, estas fossem vinculadas à uma ação ordenada pelo governo, a posição do movimento foi no sentido de intensificá-las. Em linhas gerais, apesar da busca por parte dos agentes políticos da oposição em associar o movimento a uma imagem negativa no mundo social, o atrelando às ações terroristas e ao PT, o MST secundarizou isso, mesmo que levasse a uma perda de capital político, tanto à agremiação quanto aos que eram delegados por ela no *laissez faire* da luta eleitoral. Até porque, o executivo havia assentado um número menor do que o prometido em campanha.

As mobilizações entre abril e maio foram bastante monitoradas pela Farsul. O sindicato observava as manifestações nacionais do MST, alusivas ao “sexto ano de falecimento de 19 sem-terra, em 1996, em Eldorado dos Carajás, num confronto com a PM paraense”. Por isso, a Farsul atuou tanto no âmbito jurídico, procurando uma medida cautelar que evitassem as ocupações, e temendo que a sede da entidade viesse a ser alvo do movimento. As mobilizações, centradas, sobretudo, na Campanha rio-grandense, ocupou fazendas em Julio de Castilhos e Hulha Negra e contou como resposta com a articulação de ruralistas, que organizavam bloqueios à marcha do MST e vigílias para impedir a entrada do movimento em fazendas. Junto a isso, o PT anunciava a cessão de sua sede ao MST. O prédio, que era do Clube da Cidadania, foi motivo de polêmica em função das acusações que vinculavam a sua compra com dinheiro de contravenção – popularmente chamado de “jogo do bicho” -, e havia motivado uma CPI que sugeriu o *impeachment* de Olívio Dutra, como veremos melhor adiante (CP, 02 e 04.04.2002).

Dentro desse contexto, os agentes políticos investidos de mandato no parlamento utilizavam a medida, associada à aproximação com o pleito eleitoral, para reforçar a ideia de que o MST era um ‘braço direito’ do petismo e agia articulado com os interesses da sigla. Além disso, usavam do fato para relembrar a ‘origem’ do dinheiro do Clube da Cidadania, buscando levar o governo ao descrédito pelo status de ‘escândalo’ que o caso da compra da sede havia ganhado pela associação à contravenção. Nessa vinculação dupla, buscava-se a luta pelo descrédito ao petismo e ao governo estadual.

Desse modo, o deputado estadual Elmar Schneider dizia ser “assustador o que vem acontecendo no Rio Grande do Sul. Já vínhamos denunciando aqui que o MST, que anda pelo Rio Grande, não é um movimento na luta pela terra. Também não é um braço do Partido que governa o nosso Estado: é o corpo inteiro”. Referindo-se ao Clube da Cidadania, Schneider mencionava que “na verdade, o Clube de Seguros da Cidadania foi criado e fundado para lavagem de dinheiro” e que “quando houve as denúncias, o PT anunciou que iria se retirar de lá, mas pediu um tempo e continua instalado nesse prédio adquirido com o dinheiro da contravenção, que é sujo, cheio de sangue. Foi isso que descobrimos”. E questionava: “Meu Deus! A finalidade do MST, ao ocupar aquele prédio, não será, quem sabe, planejar as invasões a prédios públicos, a terras produtivas, e tudo isso com o apoio daqueles que governam o Estado do Rio Grande do Sul? Mas a que ponto se chegou!” (ALERGS, 17.04.2002).

Assim como Elmar Schneider, outros deputados também procuravam associar o PT ao MST, e ambos à contravenção do prédio que o partido cedia ao movimento, na luta por tentar associar a uma visão negativa do mundo social. Frederico Antunes (PPB) dizia que “o MST não colabora com a reforma agrária e tampouco com a segurança e o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País”. Em tom de denúncia, mencionava que “o MST é, sim, protegido pelo PT, e age de forma truculenta, ilegal e absurda. Chega de ouvirmos contos bonitos e maravilhosos, mas que não refletem a verdade”. Usando a doação do prédio como uma evidência de que o Partido dos Trabalhadores protegia as atuações irregulares do MST, dizia que este estava “recebendo do PT uma sede que foi conquistada com a pressão política do tesoureiro tanto do ex- Prefeito Tarso Genro quanto do atual Governador Olívio Dutra” (ALERGS, 17.04.2002).

Dentro dessa ofensiva dos agentes políticos da oposição que objetivava retirar capital político do MST e do PT, a posição dos profissionais do PT foi omissa. Mesmo que, como vimos, a atuação da oposição estivesse ancorada na ideia de macular o governo e o MST a um ‘escândalo’, haja vista que o tema do Clube da Cidadania chegou a motivar um pedido de *impeachment* levantado pelo parlamento regional, como veremos melhor no próximo capítulo.

A única exceção foi dada novamente pelo deputado Dionilso Marcon (PT), agente delegado do MST. Este, além de defender as ocupações, dizia que o temor de alguns parlamentares, citando nominalmente Elmar Schneider (PMDB), era pelo fato de o prédio ser:

Localizado perto da rodoviária e dos pontos de ônibus, de onde é fácil se deslocar para qualquer canto da cidade, será o novo endereço de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens e a Pastoral da Juventude Rural. Dessa forma, esses movimentos terão o seu escritório, o seu local para se articular e também para manifestar as suas reivindicações junto ao Governo, tanto do Estado quanto Federal. É claro que a Oposição fica-se perguntando, raivosa, por que esse será o local onde os movimentos sociais terão o seu escritório para mobilização e articulação, dizendo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se articulará para fazer novas ocupações de terra. [...]. Sempre tenho dito que as ocupações de terra são uma das formas que o MST tem de pressionar o Governo para que autorize assentamentos, e também – conforme um dos papéis do Movimento dos Pequenos Agricultores – para garantir o crédito para que essas famílias permaneçam na terra. Pois esse será o endereço do Movimento dos Sem-Terra (ALERGS, 17.04.2002)

A fala de Dionilso Marcon (PT) foi rebatida pelos agentes políticos de oposição ao PT, contrapondo a tentativa do deputado de fazer valer a doação da sede como uma atitude legítima

e positiva no mundo social. Luis Augusto Lara (PTB), direcionando-se ao deputado Dionilso Marcon (PT), dizia que o MST violava a constituição e o direito de propriedade. Ainda criticava o governo que, segundo ele, “tem aviltado a Segurança Pública para que os órgãos policiais não possam defender aqueles que trabalham, que produzem nesta terra, que pagam impostos e que mantêm, sim, os salários dos Deputados”. Tecendo uma crítica direta ao fato de o capital político de Marcon ser diretamente ligado ao poder simbólico delegado pelo MST, dizia que ele “tem mesmo de defender a legalidade do MST, porque, afinal, foram seus integrantes que colocaram S. Exa. aqui e é deles que S. Exa. depende, na próxima eleição, para permanecer nesta Casa”. E complementava: “entendo politicamente seu lado eleitoral, mas não venha, desta tribuna, dizer que aquele Movimento busca a justiça, porque quem busca a justiça, acima de tudo, respeita as leis”. Assim, finalizava defendendo a mobilização ruralista, que procurava impedir que o MST ocupasse fazendas (ALERGS, 17.04.2002).

Como notamos, houve uma ofensiva por parte da oposição, no sentido de associar o MST a práticas ‘terroristas’ e, por consequência, fazer crer no mundo social de que o agrupamento atuava como um braço direito do PT. Além disso, também procurava denunciar que o Partido dos Trabalhadores usava a estrutura estatal como forma de ser conivente com as ações do MST que, segundo o bloco oposicionista, transgredia as normas legais do Estado.

Essa ofensiva, próxima ao período eleitoral e que buscava associar as ações do MST a um escândalo capaz de levar o governo, cuja imagem era associada aos Sem Terra durante todo o mandato, a perder capital político no *laissez faire* eleitoral que se aproximava, incluiu a ameaça de instauração de uma CPI. Especialmente atrelada pela pressão do campo jornalístico sobre o movimento sem terra, o que tornava a possibilidade de uma investigação parlamentar virar uma ideia-força mobilizável de profanos, e passível de captação de capital político entre os agentes e os microcosmos da oposição.

É importante destacar que, em geral, a imprensa tende a contribuir para que, no mundo social, o MST seja representado pela imprensa a expressões como ameaça, bandidagem, baderneiros, terroristas, radicais, antidemocráticos e outras que, na luta entre os agentes profissionais do campo político, são reforçadas pelos parlamentares (FERNANDES *apud* DUTRA, 2007). Aproveitando-se desse fator, que robustece a visão pejorativa a respeito do MST no mundo social, o jornal Zero Hora alegava ter encontrado materiais que incriminavam o movimento.

Em ampla reportagem, o periódico do grupo RBS dizia que a Polícia Civil havia encontrado em uma ocupação em São Jerônimo “um total de oito diários, agendas e manuais apreendidos com integrantes do MST durante a invasão da [fazenda] Santa Bárbara”. O material, segundo Zero Hora, “louva o projeto socialista de Cuba e aponta que 150 estudantes do MST estão fazendo um curso na ilha governada por Fidel Castro” e reiterava aos membros do movimento a se inspirarem em Che Guevara. Também dizia o material que alguns agrupamentos, como PT, PCdoB, CUT, PSB e PV representavam o “projeto dos pobres”. Já PPS, PMDB, PTB, PPB, PSDB, Farsul e Fiergs eram ligados ao “projeto dos ricos”. O extenso dossiê ainda citava a doação de metade dos salários dos membros do movimento para a organização e a existência de cheques em branco de um ex-PM para o MST (Zero Hora, 08.05.2002)

Não é nosso objetivo aqui explanar a relação do MST com a imprensa e, eventualmente, as questões relacionadas à denúncia da Zero Hora. Mas fica evidenciado que havia uma pressão no campo político, tanto de agentes internos como externos, provindos nesse caso do jornalístico. Com isso, inclusive, o tema veio a ser pautado pelo campo jornalístico para ser discutido no político, tendo em vista, também, a legitimidade reconhecida entre os pares que o maior periódico do estado trazia. Em linhas gerais, o campo jornalístico, neste caso, influenciou diretamente no campo político, definindo o que este iria pautar. Essa interferência era aceita como legítima pelos deputados, especialmente pela circulação em função do número de profanos que o periódico conseguiria atingir, provocando uma demanda que seria apropriada por estes clérigos investidos de mandato parlamentar, que procurariam se colocar como representantes dessa parcela ou desconstruir essa imagem no mundo social, tornando-se então uma ideia-força.

Como evidência disso é que o jornal reforçava a possibilidade de se instaurar a CPI do MST, ideia que já era aventada por alguns microcosmos oposicionistas antes mesmo do material cunhado de ‘subversivo’ tornar-se público pelo mesmo jornal. O periódico entrevistou todos os deputados da Assembleia Legislativa, sondando qual seria a posição de cada um em caso de uma hipotética CPI ser proposta. O título da matéria praticamente induzia os parlamentares a fazerem essa ofensiva - “CPI tem assinaturas necessárias” -, mencionando que, “conforme levantamento realizado por Zero Hora, 24 deputados já se mostram favoráveis a uma investigação parlamentar – cinco a mais do que o mínimo necessário para iniciar o processo

que resulta em uma CPI”. Além disso, trazia uma tabela com o nome de cada parlamentar e a posição do mesmo em relação ao tema. (ZH, 08.05.2002).

A rigor, o periódico reforçava os apelos da bancada do PPB: “A ideia [da CPI], que ganhou força na segunda-feira durante protestos de políticos e ruralistas contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e o governo estadual, é defendida com maior vigor pela bancada do PPB”. Assim, unia-se aos apelos de Francisco Appio (PPB) que, dias antes da revelação desse material discursava na tribuna:

Não há como resistir. Em meio a tudo isso e depois das afirmações irresponsáveis e tresloucadas do Secretário da Segurança, atacando instituições como o Poder Judiciário e o equilíbrio que deve ter na condução da sociedade gaúcha e brasileira, a esta Casa só resta criar coragem e instalar uma CPI para investigar o MST, porque é esse Movimento que sustenta politicamente as ações da Secretaria da Segurança e que dela recebe apoio para desencadear as suas próprias ações, as quais – repito – afrontam o direito à propriedade e a legislação vigente. Não há como deixarmos passar mais essa agressão feita ao estado de direito, e, por isso, estamos propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos certeza de que esta Casa saberá passar por esse desafio. Não se trata de uma provocação, mas, sim, da obrigação que temos de repor a verdade e de dizer aos gaúchos e brasileiros quem financia, quem é o responsável, quem estabelece as diretrizes das invasões, quem, por fim, responde pelos atos desse MST que já foi o Movimento dos Sem-Terra e, hoje, é um braço político quase armado no Rio Grande do Sul (ALERGS, 07.05.2002).

Além do PPB, outra bancada que se colocava no parlamento como franca e unanimemente favorável à CPI era a do PPS, composta por ex-parlamentares do PMDB naquela altura. Era dessa forma que Paulo Odone se referia, dizendo que o PPS estaria “para defender o estado democrático de direito” e impedir “abusos no momento em que as instituições democráticas estiverem ameaçadas” (ALERGS, 23.05.2002). Ou seja, notamos que, a partir do momento em que o periódico pautava o tema, o transformava em ideia-força, isto é, mobilizadora de profanos e clérigos que procuravam fazer crer que esta CPI era necessária, causando danos no capital político do governo e articulando agentes profissionais do campo que procuravam se colocar como representantes legítimos desta.

Também a partir da matéria do jornal Zero Hora, viabilizou-se para que os agentes vinculados à oposição usassem o ‘escândalo da cartilha revolucionária’ para aprofundar o caso e procurar vincular ainda mais o PT com o MST, denunciando que no Rio Grande do Sul preparava-se um ‘movimento comunista e guerrilheiro’ com o aval do governo estadual. Onyx Lorenzoni (PFL), por exemplo, dizia que o MST “não têm nenhuma responsabilidade, nenhum compromisso com a reforma agrária, com a produtividade. A ideia é, sim, de um Movimento

pré-revolucionário, de inspiração guerrilheira, para quem sabe fazer do Rio Grande e do Brasil uma nova Colômbia”. Citando a matéria de Zero Hora, dizia que estava explícita a montagem de uma “revolução”, e que havia uma mudança de foco pelo movimento: ao invés da luta pela propriedade, estavam enveredando “pelo descumprimento de ordens judiciais, pela reiteração de uso de métodos terroristas. Os produtores rurais, o legítimo homem e mulher do campo, os que produzem, estão aterrorizados diante da situação dramática a que são submetidos”. Como forma de reforçar a associação de PT e MST, e de procurar vincular ambos os microcosmos como ‘autoritários’ e anti-democráticos, dizia:

[...]. E aí vem o conceito do partido nazista, de que a propriedade deveria ser respeitada, mas apenas enquanto o seu dono a usasse para o bem da nação e do Estado. Nas palavras de um teórico nazista, a propriedade era não mais um assunto particular, mas um tipo de concessão do Estado, limitado pela condição de ser utilizada corretamente, no julgamento do Estado, no interesse do Estado. A pergunta é: alguém do MST ou do PT se negaria a apoiar essa afirmação? Evidente que não. Essa afirmação é rigorosamente igual ao que pensam e praticam o PT e o MST. Portanto, caiu a máscara. O MST e o PT são antidemocráticos e prepararam no Rio Grande do Sul um estágio pré-revolucionário. Teremos, sem dúvida nenhuma, ao longo do período que se iniciará nos próximos dias, o processo de uma eleição na qual decidiremos se o Rio Grande apoiará a idéia de que a propriedade seja destruída, de que a democracia seja comprometida, de que o estado de direito seja colocado sob risco, ou se o Rio Grande do Sul dará um basta a essa baderna, a essa ameaça guerrilheira, a essa idéia fascista, totalitária, comunista e, principalmente, ditatorial que o PT simboliza (ALERGS, 08.05.2002).

Nessa luta simbólica que procurava desconstruir o capital simbólico de PT e MST ao mesmo ao tempo, a oposição, observando o fato de Tarso Genro ter sido escolhido para concorrer ao governo estadual no lugar de Olívio Dutra, buscava fazer uma associação também ao candidato petista ao executivo. Elmar Schneider (PMDB) era um dos que dizia: “O Poder Judiciário pediu que os sem-terra se retirassem, e o que faz o Governo? Apóia os sem-terra. E mais, o PT, o Olívio, o Tarso, são de uma panela só. Disseram que não iriam sair, porque este Estado não tem lei”. Criticando a Brigada Militar, dizia que ela não podia “atuar, porque o Dr. Bisol não deixa. O PT, o Olívio, o Tarso, são todos uma coisa só” (ALERGS, 16.05.2002).

Portanto, houve uma forte ofensiva dos agentes parlamentares ligados aos microcosmos oposicionistas contra o MST e PT no final do mandato. A luta pela associação do MST como um braço direito do PT, que agia, de acordo com a oposição, coberto pelos recursos controlados pelo executivo no sentido de não reprimir as invasões de terras, visava passar a imagem ao mundo social de que o partido e o governo eram anti-democráticos e condescendentes com as

posturas ilegais do movimento sem terra. Este, por sua vez, era visto como desviado de sua finalidade. Isto é, ao ser associado às posturas de guerrilha e vinculado ao PT, não estaria lutando em favor da Reforma Agrária, mas sim em defesa da ‘revolução’.

Essa ofensiva, tendo o apoio de entidades extraparlamentares (como os sindicatos patronais dos ruralistas do Rio Grande do Sul e impulsionada pelos periódicos que davam às investigações um tom de ‘escândalo’ e criavam uma demanda ao campo político) era estimulada também pelos agentes investidos de mandato parlamentar na oposição. Estes aproveitavam os recursos disponíveis e a visibilidade que o caso ganhava para procurarem se colocar como defensores da ‘ordem’ – isto é, na visão destes deputados, em posição de contrariedade às ações do MST de realizar ocupações. Na medida em que o caso, junto com a circulação provocada por outros agentes ‘externos’ ao parlamento como órgãos de imprensa, sindicatos patronais etc, dando maior relevância ao tema, mais os profissionais do campo político exploravam, no sentido de fazer com que o governo estadual e o MST perdessem a *fides* de parcelas significativas de profanos que, direta ou indiretamente, aderiam à ideia-força de mundo social que alegava serem ambos os microcosmos atrelados e antidemocráticos.

A julgar pelos importantes recursos que apoiavam a ideia-força que associavam o MST ao “terrorismo”, “guerrilha” e outras noções que levam a perda de capital político, atrelados à proximidade do *laissez faire* eleitoral, é possível depreender que ela foi dominante no mundo social. E é por isso que se pode explicar o fato de as fortes críticas dos agentes políticos da oposição ao PT e ao MST não terem contraponto de nenhum parlamentar governista. Mesmo Dionilso Marcon (PT), cujo mandato era delegado pelo MST, não respondeu à ofensiva dos agentes oposicionistas, que fizeram durante todo o mês de maio essa associação. E não foi por falta de sessões plenárias, já que houveram 16 abordando variados assuntos. Maio foi o segundo mês com mais debates em plenário no ano de 2002. Isto é, havia a oportunidade de defesa do governo e de dissociação entre os microcosmos do PT e do MST, se os agentes governistas assim quisessem.

Prova também disso foi o fato de agentes ligados ao PT, muitos deles externos ao parlamento, começarem a declarar publicamente que o microcosmo não tinha ligação com o MST. Após a ocupação em Hulha Negra, inclusive, tanto o vereador Adeli Sell como o deputado estadual e vice presidente do PT, Paulo Pimenta, fizeram questão de manifestar-se dizendo que “o partido não tem ligação com o MST nem responsabilidade sobre os atos dos

sem-terra”. Nas falas públicas, só Marcon (PT) foi o que defendeu a ação do MST e pedia para a Brigada Militar desarmar os fazendeiros da região. Até mesmo Tarso Genro procurava dissociar-se do MST, negando em campanha que o movimento fosse uma extensão do PT, enquanto outros candidatos no período do *laissez faire* eleitoral diziam abertamente que iriam tratar os sem-terra com maior vigor (CP. 07.05.2002; ROS, 2002).

Fica evidenciada a tentativa de buscar dissociar-se do MST, indicando que a ideia-força que condenava o movimento e o vinculava a posturas “autoritárias”, “terroristas” etc havia conseguido êxito no mundo social. Portanto, essa aproximação trazia perda de capital político ao microcosmo governista, cuja tentativa era de desvincular-se do MST.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, notamos que a causa da reforma agrária não era condenada. A disputa se deu em torno do modelo a ser adotado, com críticas frontais à desapropriação sem contrapartida. Entretanto, na luta simbólica, os agentes oposicionistas visavam desconstruir sua legitimidade e a visão que o movimento visava formar sobre a política agrária. Notamos também que a oposição procurou fazer a desconstrução do MST como um movimento ilegal e partidário, não reconhecendo nele nenhum tipo de representação legítima do mundo rural.

Segundo os agentes da oposição, o Movimento Sem-Terra era utilizado apenas para outros fins, políticos e partidários. Nessa luta simbólica, do qual os agentes políticos faziam parte e que tinha como objetivo definir a representação do MST no mundo social, os deputados oposicionistas procuravam defini-lo como ‘revolucionário’, ‘clandestino’ e ‘terrorista’. Com isso, utilizavam o histórico de apoio bilateral do movimento ao PT para associar o microcosmo partidário à suas ações. Inclusive, empregava este expediente para fazer crer que o governo estadual estimulava e acobertava as ações do Movimento Sem Terra. Há de se ressaltar também a postura distinta entre os agrupamentos delegados de poder representativo das categorias: o MST, diferentemente do CPERS, em nenhum momento procurou qualquer tipo de aproximação com a oposição parlamentar. Um ponto que unia parte da bancada oposicionista e os governistas eram as críticas à política federal de assentamentos. Mas por motivos diferentes. Enquanto os agentes do PPB questionavam as vistorias do INCRA, apoiavam o movimento ‘vistoria zero’ e as ações de boicote dos ruralistas contra o órgão federal, os governistas cobravam de FHC uma posição mais firme no sentido de desapropriar as propriedades consideradas improdutivas.

Vimos também que os agentes governistas pouco defenderam o microcosmo rural. Em geral, os ataques contra o MST tiveram resposta tímida, com exceção dada a Dionilso Marcon (PT). Contudo, este era um parlamentar organicamente vinculado ao MST, devendo a este agrupamento o capital político que possuía. Podemos notar, inclusive, que houve por parte dos agentes governistas uma tentativa de desassociar do PT a imagem de proximidade que tinha junto ao Movimento Sem-Terra quando o *laissez faire* eleitoral aproximava-se, seguindo uma tendência do microcosmo partidário nacional, isto é, visando o pleito presidencial. O que indica, portanto, que a imagem negativa no mundo social construída do MST trazia perda de capital político para aqueles que apareciam vinculados a ele para parcela significativa de profanos, exceção dada aos agentes que possuíam uma ligação orgânica com o movimento. Também sugere que a oposição foi bem-sucedida, junto com outros fatores externos ao parlamento, em associar o MST a ações anti-democráticas e, por consequência, tutelar ao PT essa representação no mundo social. Assim, a oposição conseguia desconstruir ambos, reduzindo o capital político petista e do governo para parcelas significativas de setores que não reconhecia no MST uma forma legítima de reivindicação e mobilização rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 184.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.5 Brasília Jan./Jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

BOURDIEU, Pierre *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 187-188.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DUTRA, Paulo André Porto. *Zero Hora e agendamento da disputa política: o caso do MST*. Trabalho de Graduação (TCC em Jornalismo), Santa Maria, Centro Universitário Franciscano, 2007.

JOIGNANT, Alfredo. Habitus, campo y capital. Elementos para una teoría general del campo político. *Revista Mexicana de Sociología*. N. 75, n. 4, outubro-dezembro 2012, p. 587-618.

MACHADO, José Carlos Lucas. *O processo de criação e organização do Gabinete de Reforma Agrária no governo Olívio Dutra*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Porto Alegre, PUCRS, 2002.

ROS, César Augusto Da. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamont, 2002.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê editorial, 2016.

WACQUANT, Loic. Poder simbólico y práctica democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005.

WACQUANT, Loic. Indicaciones sobre Pierre Bourdieu y la política democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 28, grifo do autor.

WACQUANT, Loic. Bourdieu e a questão das classes. *Novos Estudos – CEBRAP*. Nº 96, São Paulo, Jul. 2013.

ⁱ Doutorando em História pela PUCRS e bolsista vinculado à CAPES.

ⁱⁱ Ver: GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Dacasa/Palminrinca, 2003; IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.; KECK, Margareth. *PT: a lógica da diferença - o Partido dos Trabalhadores e a construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelsen de Pesquisas Sociais, 2010; MENEGUELLO, Rachel. *PT – a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

ⁱⁱⁱ O conceito de representação é fundamental para compreendermos a luta política. O trabalho de manipulação simbólica é uma luta conduzida por agentes especialistas em representação (sindicalistas, jornalistas, políticos, intelectuais etc). Eles competem entre si pelo controle das operações sociais de nomeação. A representação nada mais é do que um trabalho constante e diversificado de inculcação e imposição de categorias de percepção que contribuem para formar a realidade social. O agente social é, para Bourdieu, um *animal symbolicum* que habita em um mundo vivido e construído por meio de construtos da linguagem, do mito, da religião, da ciência e de conhecimentos variados. Isto é, por meio de representações subjetivas, e não somente pela realidade concreta, moldando-a. As representações são imagens mentais que os indivíduos possuem do real, visto e reconhecido por seus pares. As representações, no campo político, estão sempre em disputa por seus agentes, e seu grau de eficácia varia conforme o capital acumulado e sua posição no campo. BOURDIEU, 1989; WACQUANT, 2013.

^{iv} A Gerasul era uma empresa desmembrada da Eletrosul, que havia sido recentemente privatizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso.